



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº: **0137441-51.2018.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Maria Flaviane de Araújo**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que a sentença de fls. 62/65 transitou em julgado em 31/07/2019. **CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data, em conformidade com o Art. 3º da Portaria Conjunta nº 2076/2018 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicada em 29/10/2018 no DJE, procedi com a atualização do valor da causa para fins de cálculo das custas processuais finais, perfazendo o montante de R\$ 9.922,01 (nove mil, novecentos e vinte e dois reais e um centavo), de modo que as custas processuais finais correspondem ao valor total de R\$ 1.293,85 (hum mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos). **CERTIFICO** ainda, que houve pagamento parcial das custas processuais às fls. 94/100 no valor de R\$ 219,40 (duzentos e dezenove reais e quarenta centavos), inexistindo atualização da referida quantia, haja vista que o IPCA-E tem periodicidade mensal, sendo divulgado de forma trimestral, ocorrendo sempre ao fim de cada trimestre civil (março, junho, setembro e dezembro). **CERTIFICO** por fim que o **saldo remanescente de custas processuais finais corresponde ao valor de R\$ 1.074,45 (hum mil, setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)**. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 05 de setembro de 2019.

Ticiane Maria Ramalho Lima Sombra
Assistente Unidade Judiciária
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.